

Investidores estrangeiros fazem seu primeiro recuo

GUIOMAR CAMPELO
Da Editoria de Economia

O Governo já colheu o primeiro resultado negativo da decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa, anunciada na semana passada pelo presidente José Sarney: um recuo tático das empresas estrangeiras interessadas na implantação da fábrica de helicópteros no Brasil fez com que a comissão interministerial que examina o projeto de viabilidade se reunisse ontem por cerca de 30 minutos para, no final, concluir pelo adiamento da publicação do edital de pré-qualificação dos grupos.

Em outra área ligada ao Ministério da Indústria e do Comércio, o Governo também começou a sentir os reflexos da decisão da semana passada: a Siderbrás está encontrando dificuldades para renegociar parte da dívida externa das empresas siderúrgicas estatais, cujo processo de saneamento foi anunciado no mês passado mas só se concretizaria com a assinatura de novos acordos com os bancos credores a partir deste mês. Entre os credores, que têm aval do Tesouro Nacional, estão 65 bancos estrangeiros, envolvendo contratos de financiamento para cuja rolagem a **holding** já

havia obtido o sinal verde do Governo. São 1,338 bilhão de dólares que, agora, dependem da boa vontade dos estrangeiros.

No caso da fábrica de helicópteros, o adiamento da publicação do edital, segundo nota de dois itens divulgada pelo Ministério da Indústria e do Comércio, decorreu das medidas econômico-financeiras adotadas pelo presidente da República, "sobretudo as referentes à contenção de dispêndios de recursos públicos". Mas, além disso, segundo informações de pessoas que assessoram a Comissão Interministerial, pesou muito também recuo tático adotado por algumas das empresas estrangeiras, com a alegação de que o risco para a aplicação de investimentos aumentou após a sexta-feira passada.

O interesse do Governo, defendido com maior ênfase pelo Ministério do Exército, que ficaria com a maior parte do projeto, era construir 500 helicópteros de pequeno, médio e grande portes para distribuição entre as três Armas e algumas empresas estatais, como Petrobrás e Companhia Vale do Rio Doce. Das 500 unidades, o Exército ficaria com 200. Mas, desde o início dos estudos vinha se registrando divergência entre os próprios ministros militares quanto à inoportunidade de se

iniciar um projeto envolvendo um volume ainda incalculável de moeda estrangeira, principalmente com a crise econômica que o Brasil vem enfrentando.

O ministro da Indústria e do Comércio, José Hugo Castelo Branco, antes um defensor da formação da empresa binacional, mudou nos últimos dias sua posição e deixou que os demais membros da comissão superassem o impasse, que durou até ontem.

Quanto à rolagem da dívida das empresas siderúrgicas estatais, um assessor do Ministério da Indústria e do Comércio manifestava ontem seu receio de que isso vai ficar bastante difícil, na medida que grande parte dos credores da **holding** será afetada pela suspensão do pagamento dos juros da dívida externa. De acordo com levantamento feito no MIC, os bancos credores se espalham entre EUA, Alemanha Ocidental, Suíça e Japão, exatamente os maiores investidores de capital no Brasil. Os efeitos da medida também serão sentidos na execução do 2º Plano Siderúrgico Nacional, para o qual o Governo espera atrair recursos externos, especialmente do Japão, para onde o ministro José Hugo embarca na segunda quinzena de abril.